



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004847-57.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Licenciamento de Veículo**  
 Impetrante: **Renildo Alves França**  
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos/sp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **RENILDO ALVES FRANÇA**, com pedido liminar, contra ato da **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, com o objetivo de obter autorização para o imediato licenciamento do veículo Ford/Ecosport FSL 1.6, Flex, ano/modelo 2011, placa EVG 4542, assim como o seu reemplacamento por ter sido clonado, pois lhe gerou multas de trânsito e instauração de procedimento administrativo para suspender o seu direito de dirigir.

Com a inicial vieram documentos acostados às fls.11-48.

Foi deferido ao impetrante os benefícios da A.J.G, e houve concessão parcial da liminar (fls.49-50).

A impetrada comunicou, em ofício às fls.59-64, ter cumprido a decisão.

O Ministério Público manifestou-se pela não manifestação sobre o mérito (fl.68).

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

A segurança merece ser parcialmente concedida.

O documento de fl. 23 comprova que o automóvel do impetrante foi objeto de clonagem, não se justificando, dessa forma, o impedimento para licenciamento e uso do bem.

Ademais, o licenciamento é ato administrativo e deverá ser realizado anualmente para fins de regularização, nos moldes do disposto no artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Indefiro, ainda, o pedido de reemplacamento do veículo, uma vez que houve a apreensão do dublê, conforme se observa nos documentos acostados às fls. 23/59-64. Em consequência, o reemplacamento mostra-se desnecessário.

Quanto as multas, comunicou a impetrada ter procedido ao cancelamento daquelas lavradas pelo DER. Por outro vértice, o cancelamento de parte de multas existentes não pode ser deferido, uma vez que foram pelos Municípios, conforme se observa da inicial e dos documentos de fls. 33-36, devendo o impetrante requerer, administrativamente, o seu cancelamento, ou ajuizar ações de anulação de auto de infração e imposição de multa nos Juízos competentes, observando-se as regra do art. 100, IV, "a" do CPC.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, concedendo parcialmente a segurança para o licenciamento do veículo, em convalidação, portanto, da liminar.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

**P.R.I.C**

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**